



REVISTA DE DIREITO DA CIDADE
EDITORIAL PARA O VOL. 14-3 (2022)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.03., 2022.
Maurício Jorge Pereira da Mota
DOI: [10.12957/rdc.2022.71750](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.71750) | ISSN 2317-7721

A Revista de Direito da Cidade, indexada na **Web of Science**, de periodicidade trimestral, nesse volume 14, número 03, 2021, tem o prazer de informar que os artigos publicados na Revista de Direito da Cidade “MARRARA, Thiago. *Serviços de taxi: aspectos jurídicos controvertidos e modelos regulatórios*. Revista de Direito da Cidade, v. 8, n. 3, p. 1049-1063, 2016, p. 1054; BAPTISTA, Patrícia; CAPECCHI, Daniel. *Se o direito administrativo fica, o direito constitucional não passa: perspectivas do direito público contemporâneo sobre uma velha questão*. Revista de Direito da Cidade, v. 8, n. 4, p. 1938-1960, 2016 e BINENBOJM, Gustavo. *Novas tecnologias e mutações regulatórias nos transportes públicos municipais de passageiros: um estudo a partir do caso UBER*. Revista de Direito da Cidade, v. 8, n. 4, p. 1690-1706, 2016” foram citados em acórdão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.337 – Distrito Federal, de relatoria do Ministro Luiz Fux.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “*Desigualdades urbanas y normas para la intervencion en asentamientos informales de la ciudad de Buenos Aires (1996-2019)*” de Maria Cristina Cravino, Antropóloga (UBA), Magíster en Administración Pública (UBA-INAP) y doctora en antropología (UBA). Investigadora CONICET- Universidad Nacional de General Sarmiento. Dirigió la Maestría en Estudios Urbanos ICO-UNGS. Secretaria Académica del Posdoctorado de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

O artigo analisa a produção normativa urbana da Cidade de Buenos Aires em relação aos assentamentos informais entre 1996 e 2019, comparando-as com o estipulado para este tipo de bairros no Código Urbano sancionado em 2018. Busca demonstrar o que essas normas geram de consolidação de desigualdades urbanas. A metodologia utilizada qualitativamente se baseia no estudo do corpus de normas urbanas sancionadas no dito período em relação aos assentamentos informais e códigos urbanos. De forma complementar, usa entrevistas realizadas com funcionários públicos e referentes a ações de barricadas para entender o processo de debate anterior e posterior, assim como o contexto das políticas públicas para os bairros precários. Também foram estudados os arquivos de jornais durante esse período. O resultado da análise mostra a cristalização das desigualdades urbanas a partir da normativa, gerando padrões urbanos diferenciados para os assentamentos informais e para a cidade formal, aumentando as desigualdades das condições de vida. Por outro lado, mostra que a seleção dos bairros com legislações específicas se foca naqueles de interesse para o desenvolvimento imobiliário do governo da cidade, que buscou dar flexibilidade às intervenções. Longe de se deterem apenas nas inflexões exclusivamente teóricas ou abstratas, as análises coligidas discutem as questões que se estabelecem entre o mundo do dever-ser, com a metafísica da moralidade que o permeia e o mundo gerido por um ordenamento jurídico positivo, extraindo e analisando os paradoxos e



contradições que daí emergem irremediavelmente, de maneira não só conjuntural, imediata, mas pensando-as sob um pano de fundo internacional e histórico.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 14, número 03, 2021, publicamos 24 (vinte e quatro) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos de professores estrangeiros: o já citado *“Desigualdades urbanas y normas para la intervencion en asentamientos informales de la ciudad de Buenos Aires (1996-2019)”* de Maria Cristina Cravino, Antropóloga (UBA), Magíster en Administración Pública (UBA-INAP) y doctora en antropología (UBA). Investigadora CONICET-Universidad Nacional de General Sarmiento. Dirigió la Maestría en Estudios Urbanos ICO-UNGS. Secretaria Académica del Posdoctorado de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA; *“Le milieu urbain, les risques et les catastrophes: de la ville durable a la ville resiliente?”* de Julien Prieur, professor da Universidade Paris-1 e Paris-13; professor da Université Catholique de Madagascar e do Institut d’Études Politiques Madagascar/IEP; de Grace Ladeira Garbaccio, Professora do Programa Stricto Sensu do Mestrado em Direito do Instituto IDP. Doutora e mestre em Direito pela Universidade de Limoges/ França; de José Antônio Tiezmann e Silva, Doutor em Direito Ambiental pela Universidade de Limoges, França. Advogado e consultor em Direito Ambiental e Urbanístico, Professor e pesquisador na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na PUC Goiás; e de Luciane Martins de Araújo, Doutora em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Direito Agrário, UFG. Professora efetiva do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; *“El derecho a la ciudad em Henri Lefebvre. Consigna civilizatoria, espacio político y utopía”*, de Jorge Gasca Sala, Profesor adscrito al Instituto Politécnico Nacional, IPN, México. Área Disciplinaria Planeación Territorial (Posgrado SEPI-ESIA-Campus Zacatenco), México; *“Segregación de las mujeres em el transporte público. Um caso de (no) remediación judicial”* de Mariela Gladys Puga, Investigadora CONICET - Profesora Titular de Derecho Constitucional en la Universidad Nacional de Córdoba, y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina e *“La falta de inclusión de las personas mayores em la legislación de los conjuntos urbanos habitacionales del Estado de México”*, de Yasmín Hernández Romero, Doctora en Estudios Sociales por la Universidad Autónoma Metropolitana, unidad Iztapalapa; Maestra en Sociología por la Universidad Nacional Autónoma de México; Licenciada en Sociología por la Universidad Autónoma del Estado de México. Profesora de tiempo completo de la Universidad Autónoma del Estado de México, en el Centro Universitario

Em nossa Seção Ensaio publicamos o ensaio: *“Violence, human body in movement”*.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e também de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 700 pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos



indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Maurício Mota - Editor da Revista de Direito da Cidade

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

